

FRONTEIRAS INVISÍVEIS DO PAMPA GAÚCHO: DA PERSPECTIVA DAS LINHAS IMAGINÁRIAS AO ENLACE DAS CIDADES GÊMEAS; DAS MANCHAS ARENOSAS; E DA LUTA PELA TERRA E COMBATE AO LATIFÚNDIO

Douglas Pires Sarmiento Pires

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: A prática de campo, fundamental para a formação de estudantes de geografia, não só possibilita a compreensão e a apropriação do espaço como atividade de ensino, mas também serve como uma ferramenta metodológica para a pesquisa. Este trabalho busca desenvolver uma análise sobre os processos que formam a construção socioespacial dos territórios, das territorialidades e das fronteiras do Rio Grande do Sul, especificamente sob a região da campanha gaúcha, a partir de uma prática de campo do curso presencial de Licenciatura em Geografia do Campus Litoral Norte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que buscamos entender a fronteira para além de seu conceito geopolítico, mas também como uma categoria de análise em si. Para isso, alinhando a experiência da prática de campo com as referências bibliográficas necessárias, iremos tratar de três eixos principais: a) as fronteiras conurbadas da integração e da circulação cotidiana entre as cidades gêmeas de Santana do Livramento e Rivera; b) as fronteiras da expansão agrícola perante os areais de São Francisco de Assis e Quaraí; c) as fronteiras entre a resistência camponesa e a lógica perversa do latifúndio, a partir da realidade do assentamento Itaguaçu em São Gabriel.

Palavras-chave: Fronteira; Prática de campo; Conurbação; Areais; Questão agrária

INTRODUÇÃO

Este artigo origina-se de um capítulo de um caderno de campo, desenvolvendo uma análise sobre os processos que formam a construção e apropriação socioespacial das paisagens e territorialidades do Rio Grande do Sul, especificamente sob a região fronteira da campanha gaúcha, discutindo temáticas da Geografia Agrária, Epistemologia da Geografia, Geografia do Rio Grande do Sul, Geografia da América Latina e Geografia Política. Este trabalho teve como objetivo destacar os limites ou fronteiras encontrados ao longo do percurso, que não se limitam apenas às divisas internacionais e os traços de seus limites territoriais. Também como apresentar uma análise da relação de transformação da paisagem através do trabalho, da permanência e da luta e resistência de comunidades.

O trabalho fundamentalmente utiliza-se do conceito de fronteira como categoria de análise, percorrendo sobre as diversas óticas de interpretar espacialmente e temporalmente uma fronteira. Para isto o trabalho fundamenta-se nas ferramentas teórico-metodológicas da Geografia, elencando o trabalho de campo como principal instrumento de estudo e pesquisa, bem como o levantamento bibliográfico das temáticas discutidas durante e após a viagem. Portanto, este trabalho divide-se em 3 eixos principais, num primeiro momento percorrendo sobre as cidades gêmeas Santana do Livramento e Rivera e suas transformações urbanas perante os processos de integração e conurbação de suas fronteiras; discute-se também a dimensão político-ambientalista ao entorno dos areais e a controvérsia das atuações e interpretações do poder hegemônico sobre as manchas arenosas que freiam a expansão do latifúndio no pampa gaúcho; a parte temática final deste trabalho é discutida através da visita ao Assentamento Itaguaçu em São Gabriel, evidenciando a vida em assentamento em limite com a realidade latifundiária vizinha e os desdobramentos políticos de seus conflitos e de sua luta por terra, educação, dignidade e saúde.

AS FRONTEIRAS CONURBADAS DA INTEGRAÇÃO ENTRE SANTANA DO LIVRAMENTO E RIVERA

A Praça Internacional (Figura 1) situada na fronteira entre os municípios de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) destaca um valor simbólico da integração entre os dois países. A Lei de Migração (BRASIL, 2017) cria a definição legal de “residente fronteiriço” permitindo o exercício dos direitos da vida civil no Brasil, limitado ao município de fronteira em questão (PEREIRA et al, 2018), fortalecendo ainda mais esse caráter integrador. Entretanto, devido principalmente à falta de acesso à informação, na prática essa integração ocorre somente na simbologia e “no papel”. Um termo talvez mais adequado para tratar das relações fronteiriças entre Brasil e Uruguai seja o de *circulação*, predominante em Santana do Livramento e Rivera. A circulação trata-se do movimento que as pessoas realizam entre os dois países guiados pelo consumo de produtos e serviços. Aos uruguaios e uruguaias que buscam no Brasil preços mais baixos, tanto para consumo próprio quanto para revenda em seu país, e aos brasileiros e brasileiras que consomem os *free shops*¹ do Uruguai (Figura 2). Um detalhe importante é que para realizar compras em *free shops* é necessário apresentar a carteira de identidade brasileira, excluindo a população uruguaia desses espaços dentro de seu próprio país e incentivando ainda mais o consumo no Brasil. É possível, portanto, perceber uma certa relação de dependência entre os dois países nestes municípios fronteiriços que alimentará uma relação não amigável entre suas populações.

A relação entre riverenses e santanenses é geralmente descrita como exclusivamente comercial e de dependência extrema (não desejada), como uma estratégia de vida e de trabalho nos seguintes termos: o riverense vive em Santana porque lhe serve, o santanense em Rivera porque lhe resulta útil, o uruguaio não gosta do brasileiro e os brasileiros não gostam dos uruguaios, mas se relacionam porque necessitam fazê-lo, o brasileiro necessita do uruguaio e os uruguaios dos brasileiros. (SÁNCHEZ, 2002, p. 135)

¹ Comércio onde produtos são vendidos sem a aplicação de certos encargos locais ou nacionais.



Figura 1: Parque Internacional na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera (Acervo dos autores, 2022)

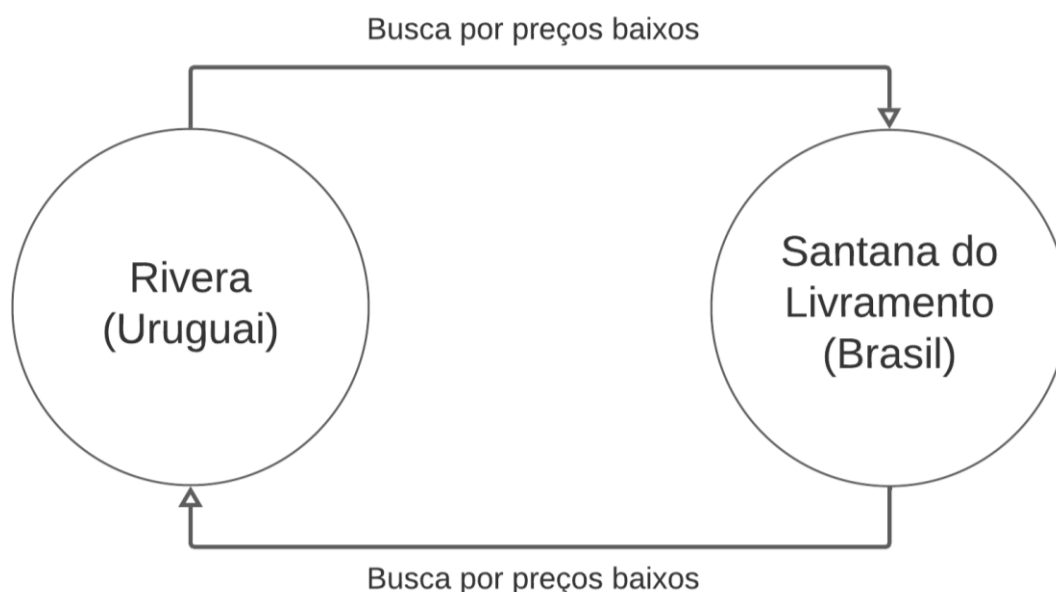


Figura 2: Fluxograma da relação de consumo entre Rivera e Livramento (Elaborado pelos autores, 2022)

As fronteiras invisíveis que dificultam o acesso à educação, tanto básica quanto superior, também expõem essa falsa integração. Há a possibilidade de brasileiros e brasileiras estudarem nas escolas e universidades do Uruguai e de uruguaios e uruguaias estudarem nas escolas e universidades do Brasil, mas essa não é a realidade de grande parte da população. À medida que se afasta do Parque Internacional, em direção aos bairros periféricos de ambos os municípios, mais difícil é encontrar alguém que compreenda e fale o idioma do país vizinho, criando uma espécie de fronteira social e linguística que determina quem conseguirá acessar essas instituições e, até mesmo, a própria informação. O discurso de troca de conhecimento entre os dois países só atinge a elite que tem acesso a essas informações e os recursos necessários para pleitear sua vaga nas instituições públicas, principalmente as localizadas em Rivera por não possuírem vestibulares e pela necessidade de apoio jurídico para a reivindicação do ingresso para brasileiros e brasileiras (Figura 3), como foi relatado por uma professora universitária da região.

A desigualdade de informação não se faz presente somente na relação entre os dois países, a população periférica de Santana do Livramento não conhece as possibilidades de ingresso no ensino superior no Uruguai mas também não possui conhecimento das oportunidades de ingresso das instituições públicas situadas em seu município. Ou seja, esse pólo universitário que surge neste espaço acaba sendo destinado à classe média e à elite não só de Rivera e Livramento, como também de fora. Ao trazer essa discussão para uma escala local, é inevitável estabelecer uma relação com a realidade do Campus Litoral Norte da UFRGS, situado na “fronteira” entre Osório e Tramandaí, onde uma expressiva parte da população dos dois municípios não possui conhecimento da existência dessa instituição de ensino pública e das suas formas de acesso.

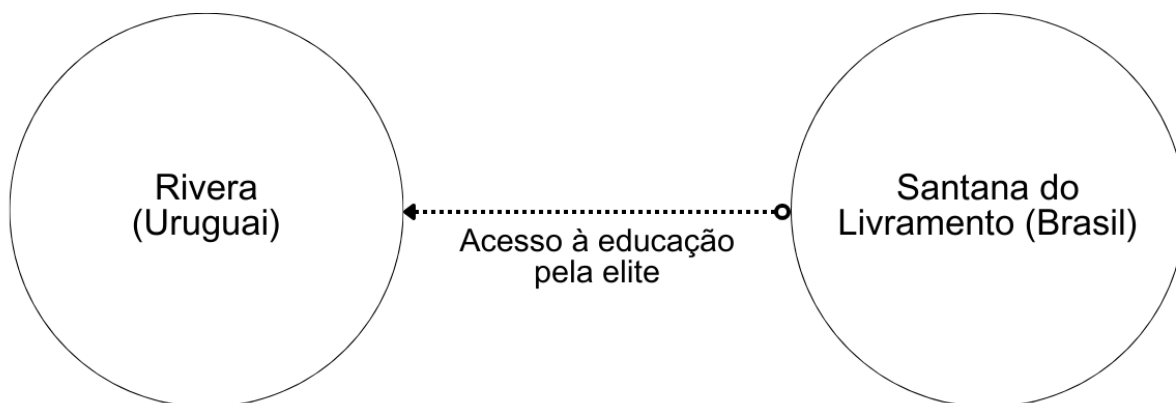


Figura 3: Fluxograma do acesso à educação entre Rivera e Livramento (Elaborado pelos autores, 2022)

OS AREAIS COMO FRONTEIRAS À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CAMPANHA GAÚCHA.

Segundo Suertegaray (2003) os areais (Figura 4) constituem depósitos de sedimentos areníticos recentes, pouco consolidados ou arenosos não-consolidados, com cobertura vegetal escassa ou até mesmo inexistente. Há também a ocorrência de um constante retrabalho dos sedimentos por conta de agentes climáticos (Figura 5). A formação de areais ocorre devido à intensificação do escoamento superficial concentrado, que gera ravinamento e voçorocamento, além da coalescência na base dessas feições de leques deposicionais de areia (SUERTEGARAY, 2003) (Figura 6). A arenização corresponde ao processo de formação dos areais, ou seja, é o retrabalhamento por processos hídricos e eólicos de depósitos areníticos pouco consolidados ou arenosos não-consolidados, o que acarreta na dificuldade de fixação da vegetação, em função da intensa mobilidade de sedimentos.

A fragilidade desta paisagem em sua totalidade está fortemente relacionada com o processo que a origina. Estas “manchas arenosas” tem grande susceptibilidade de suas unidades litológicas ao processo de arenização. É importante ressaltar que os areais tem sua origem natural e a ação antrópica pode intensificar o processo. Este tipo de estrutura é encontrada no sudoeste do Rio Grande do Sul presente na região do pampa gaúcho, bioma este que cobre mais da metade do estado, onde ocupa uma área de 176.496 km², isto corresponde a 63% do território estadual (IBGE, 2004).



Figura 4: Os areais, dentro e fora do livro (Acervo dos autores, 2022)



Figura 5: Resultado do retrabalhamento de sedimentos nos areais (Acervo dos autores, 2022)

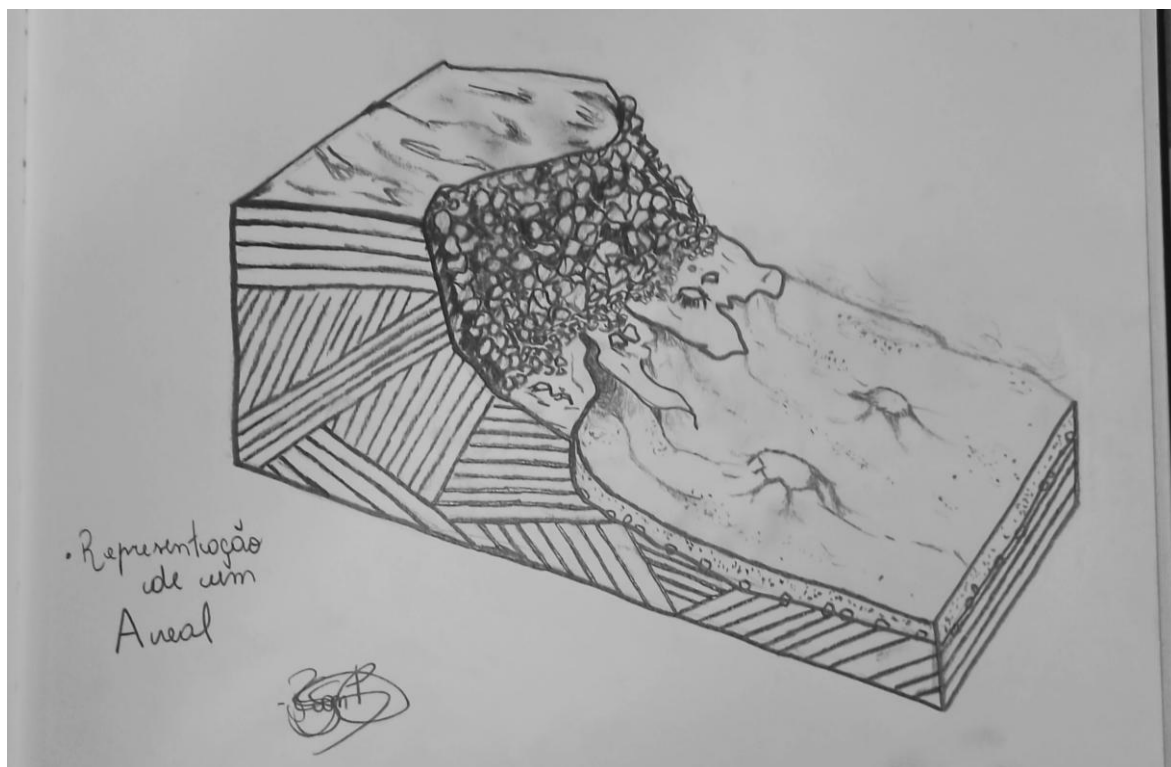


Figura 6: Representação de uma estrutura arenosa do areal (Elaborado pelos autores, 2022)

Com base nisto, percebe-se uma quebra de paradigma ao observarmos as estruturas dos areais, uma vez que tradicionalmente através da contação de histórias sobre a formação do estado do RS, é nítida a intenção de preservar uma narrativa onde o pampa se destina ao comércio de gado ou como se tivesse uma vocação natural para o plantio e agricultura. Segundo Suertegaray (2010) em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU, ao ser questionada sobre a partir de quais formas estes processos influenciam na vida humana e no desenvolvimento local:

De acordo com minha investigação, até os anos 1970, do século XX, esses areais eram considerados pelos proprietários rurais como decorrentes de causas naturais e, portanto, terras improdutivas pelas suas características de falta de cobertura vegetal, por exemplo, o campo, para o pastoreio, atividade dominante na região. Após os anos de 1970, quando se inicia a discussão ambiental no Rio Grande do Sul, os areais são descobertos pela imprensa e ambientalistas e passam a ser denominados “desertos”. Nesse período, a grande empresa regional é responsável pela construção de um conjunto de matérias que promovem a ideia de desertificação no Pampa. Esta divulgação massiva influencia a vida humana local na medida em que passam a denominar os areais de desertos. Por consequência, a existência desses areais (desertos) deve ser combatida, para que não aumentem e para que não tornem suas terras improdutivas.

Associado ao debate da questão ambiental e da degradação das terras, resulta a busca de opções cabíveis para solucionar o problema. Em um primeiro momento, era solicitado a intervenção do Estado, através de ferramentas e mecanismos que combatem o processo. Neste período, ocorreram estudos e testes experimentais sobre possíveis espécies que fossem viáveis de estabilizar este fenômeno. Assim, surgiu a implementação do plantio de eucalipto como possibilidades de reconstituição “ambiental” dos areais ou “desertos”. Neste cenário, nos últimos anos, foi alterado o enfoque de

reconstituição ambiental que este projeto tinha, e passa a ser focado na defesa da matriz econômica da região.

Observando a paisagem, podemos notar os resultados destas alterações. Uma vez que a mudança mais marcante é a transformação de significativas propriedades, antes com caráter pastoril agora em áreas de plantio de eucalipto. Estas mudanças geram novas influências dentro do cenário político-ambientalista ao entorno da discussão dos areais. Afinal, quais as fronteiras dos areais? Não se pode reduzi-lo apenas a uma estrutura geomorfológica, uma vez que este debate influencia populações locais, amplia movimentos sociais e ambientais, colocando em jogo as propostas de expansão da silvicultura no RS e em outros estados.

Deste modo, atualmente há um debate efervescente na sociedade gaúcha, onde há a existência de dualidades acerca do futuro desta paisagem. Uma vinculada à compra de terras pelo capital internacional, objetivando a expansão da silvicultura. De outro lado, os movimentos sociais, ao se posicionarem contra a silvicultura, revelam outra proposição, que apoia a expansão e maior valorização da pequena propriedade agrícola associada à diversificação das atividades e à preservação do bioma pampa.

Os areais representam mais do que apenas suas feições terrestres. Eles são a imposição (extremamente perceptível) da natureza contra o Capital no estado do Rio Grande do Sul. Uma vez que, em uma terra onde as principais feições econômicas sempre foram soerguidas pelo crescimento econômico da indústria de manufaturas, grandes plantações, latifúndios, grandes propriedades nas mãos de poucos e criação de gado, não há espaço para um lugar “improdutivo”. Ao mesmo tempo, percebe-se uma paisagem questionadora até mesmo para a aliança de preservação do próprio areal. Pois contraditoriamente, a ação dos “movimentos” sociais, são perante ao direito de “inércia” destinado a estas estruturas, pedindo e apresentando que a única maneira de preservar e reconstruir os areais é a não-presença, é o afastamento antrópico, é deixar os areais a sós.

Portanto, instiga-se a possibilidade de se aguçar investigações mais recentes e com o acompanhamento das questões sociais, ambientais e políticas decorrentes dessa preposição de ordenação territorial. Que embora não tenha se formalizado de fato, resultou em uma significativa transfiguração da natureza local tais quais como nas relações de trabalho em parte da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, e promove limites territoriais, conflitos, tensões e sobretudo fronteiras “invisíveis” ao interior do pampa gaúcho.



Figura 7: Fronteiras entre a plantação de eucaliptos, o latifúndio e o areal (Acervo dos autores, 2022)

A RESISTÊNCIA CONTRA O ROMPIMENTO DAS FRONTEIRAS DA DIGNIDADE HUMANA

Martins (2013) nos indica uma potente e estrutural compreensão da história da sociedade brasileira. O autor condena a nossa modernidade e a nossa entrada na dimensão da perspectiva capitalista de produção através de uma “modalidade de coerção do trabalho” que evidenciam os sintomas que nos revelam o processo lento de ascensão social no Brasil, que alarde um caminho repleto de violência, repressão aos movimentos revolucionários e condena a classe trabalhadora à servidão!

Através das repetidas e históricas interdições ao acesso a terra feitas pela burguesia agrária, e no contexto da falta de mão de obra que a abolição do tráfico negreiro e repercussões da implementação da Lei de Terras de 1850, foi proposto pela elite reguladora do espaço fundiário brasileiro um processo de “importação” de imigrantes, principalmente europeus e asiáticos, sobretudo proletários (padeiros, cozinheiros, mecânicos...). Neste viés, a presença de comunidades formadas principalmente pela descendência étnica de povos italianos e alemães que chegavam nas terras gaúchas no anseio de serem trabalhadores livres, chocou-se com a imposição de uma elite que mais uma vez instaurou que ao chegarem em território brasileiro, estes migrantes trabalhariam na verdade para os grandes proprietários de terra. Com um ideal imposto super coercitivo e meritocrático, esta cota da população também ficou em cárcere (MARTINS, 2013).

Neste sentido, podemos perceber a contradição que rege a matriz entre propriedade e trabalho no Brasil historicamente. Desde o período colonial, a elite do campo manipula e estimula como em um espetáculo de fantoches através do poder brasileiro as condições que regem a produção, o uso da terra

e as relações de trabalho. Em um primeiro momento esta elite incita a produção através de um trabalho livre, que na medida que se é desfavorecida a eles, é negada a quem realmente utiliza a terra perante suas necessidades de vida, trabalho e construção de coletividade, justamente para continuar estabelecendo as condições de dominação. O atual capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo que produz relações capitalistas de produção, também explora e gera relações não capitalistas de produção (MARTINS, 2013)

A situação do campo diante da questão agrária é violenta, intensificada por pressão, repressão, massacre e tortura. Pode-se observar, que no mesmo latifúndio que se produz o capital, também insere-se produções e relações de trabalho contraditoriamente não capitalistas (no caso, não assalariadas). No capitalismo moderno, a reprodução do espaço fundiário e sua manutenção incita a constante presença e exploração da força de trabalho do homem e da mulher do campo, não necessariamente os pagando perante tal. A presença de bóias frias, cortadores de cana e de homens e mulheres que trabalham e moram no campo evidenciam a exploração através de trabalhos insalubres, mal ou nem remunerados, gerando o cárcere de suas próprias sedes de vida. Desta forma, a terra passa ser mercadoria, ela tem preço, mas diante das relações de trabalho ali produzidas, ela tem valor, que são encaradas como benfeitorias. Uma situação triste, beirando ao desumano e extremamente comum na realidade do campo do Brasil. Mas que ainda assim, dentro do modelo capitalista, a fazenda é mais do que a terra em si, e neste sentido o Capital produzido ali vem totalmente mediante do trabalho, e é isto que gera o capital, é isso que é explorado, é a mais valia da acumulação de trabalho feito dentro da terra, dentro da fazenda, como explica Martins (2013, p.49):

Combinavam-se de novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia de tipo colonial. A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. Se no regime sesmario, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver.

A existência do assentamento em São Gabriel dinamiza fronteiras com grandes latifundiários e com o acesso a condições básicas de existência. As fumigações aéreas de agrotóxicos que os latifundiários realizam sob suas propriedades, ultrapassam o limite de suas terras, que por consequência, acabam por pulverizar veneno na comunidade do assentamento. Os recursos hídricos contaminados também por esse mesmo processo, ultrapassam as áreas da propriedade privada, contribuindo para a negação de uma condição básica de saúde destas pessoas. O direito à segurança também é negado, ao momento que a população é torturada e reprimida fisicamente pelas instituições do Estado em defesa dos latifúndios. O agronegócio rompe, continuamente, a fronteira da dignidade humana.

O assassinato do Sem Terra Elton Brum em São Gabriel e suas consequências políticas

Por Bruno Lima Rocha São Gabriel, por volta de 10 horas da manhã. Fazenda Southall, um complexo latifundiário totalizando 14.000 hectares, alvo de disputa entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o ex-proprietário, Alfredo Southall. O cenário é o de batalha campal à vista. São 230 brigadianos de distintas unidades contra cerca de 270 colonos ocupantes, a metade deles mulheres e crianças.

Figura 8: Manchete sobre o assassinato de uma das lideranças regionais do MST (ROCHA, 2009)

A comunidade luta pelo acesso à educação, direito que é negligenciado pela prefeitura do município onde o assentamento se localiza que recusa realizar a manutenção das vias de transporte até os assentados, além de dinamizar o fluxo e quantidade de ônibus existentes para as crianças chegarem até a escola. Após a pandemia, além do retrato das crianças perderem a rotina de estudos, a falta de acesso ao ônibus escolar até a comunidade também gerou uma grande dificuldade ao que diz respeito a continuidade de formação educacional dos alunos, invisibilizando seus direitos perante ao Estado ao demonstrar mais uma forma de repressão contra o assentamento. Atualmente, uma das pontes permitia o acesso da comunidade até o restante do município foi destruída, dificultando mais ainda toda a situação.

É nítida a necessidade do poder público a favor da classe trabalhadora, dos assentados e assentadas. É urgente a construção de estradas e a disponibilização de transportes que permitam o fácil acesso à escola mais próxima, uma vez que a luta de resistência que prega o Movimento Sem Terra jamais será desvinculada da luta pelo acesso à educação básica e pela formação cidadã, e a garantia de segurança da comunidade frente aos constantes ataques dos latifundiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizada as atividades, estudo e análise de campo, e o desenvolvimento deste artigo enquanto relatório de pesquisa é possível afirmar que o processo metodológico que o campo apresenta, potencializa o processo de aprendizagem das ciências e estudos em Geografia. A prática de campo não só possibilita o uso de ferramentas para a compreensão e apropriação da paisagem e do espaço, como também ultrapassa a barreira do formal, consolidando laços e memórias que contribuem ao processo individual e coletivo da formação acadêmica, profissional e enquanto sujeito político, cidadão responsável pelo permanente desenvolvimento de um espaço em constante transformação. Fica evidente o nosso desejo enquanto autores deste trabalho, de naturalizar o direito de relatar as experiências de campo, que são mais do que apenas vivências pretéritas. O trabalho de campo possibilita registros e perspectivas espaciais temporalmente acessíveis que exercem grande contribuição no processo de enlace das categorias geográficas e de seus conceitos.

Imbuindo-se no que a atividade de campo trouxe que emociona e o que nos toca, há uma intrínseca e inseparável relação do envolvimento com as experiências realizadas nesta atividade e do desenvolvimento deste trabalho análogas à realidade de precarização da universidade pública.

Sobretudo das condições de luta por direitos estudantis² sobreposta à comunidade da UFRGS Litoral. O paralelo das fronteiras entre os conflitos da perspectiva das gestões municipais do Litoral Norte, somado às contradições estruturais dentro da própria Universidade do Rio Grande do Sul, resultam aqui num enlace dos conflitos e das alianças em rede dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul em nossa vida.

Desta forma, após relacionar as escalas fronteiriças entre as três principais paisagens analisadas neste capítulo (fronteira entre Livramento e Rivera, os areais e o assentamento São Gabriel), podemos visualizar relações paralelas entre suas divisas naturais, palpáveis e perceptíveis, mas também como as que não são tão óbvias que são fruto de um pertencimento do espaço e de um uso do mesmo. Em ambos os três cenários, é notável dizer que as dinâmicas da fronteira constituem sempre contrastes que geram múltiplas tensões e conflitos entre diferentes proposições da apropriação espacial e do processo de afirmação de um território. Perante isto, instigamos fomentar o debate das apropriações metodológicas da Geografia e incentivamos novos estudos epistemológicos da dimensão de fronteira como categoria de análise. Uma vez que atualmente este conceito é predominantemente analisado como um conceito do espaço geográfico e suas diferentes escalas, e não como uma ferramenta analítica em si. É imprescindível a continuidade destes estudos, relatos, conversas e pesquisas perante a este tema tão importante para as discussões sobre uso e transformação do espaço, do patrimônio público, da dimensão das lutas sociais dos contextos fronteiriços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013

PEREIRA, Fabrícia Helena Linhares Coelho da Silva et al. Direito à saúde para o residente fronteiriço: desafio para a integralidade do SUS. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 3, p. 36-53, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/5672>. Acesso em 15 mai. 2022.

ROCHA, Bruno Lima. O assassinato do Sem Terra Elton Brum em São Gabriel e suas consequências políticas. **MST**. [s. l], 24 ago. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/08/24/o-assassinato-do-sem-terra-elton-brum-em-sao-gabriel-e-suas-consequencias-politicas/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ROVEDDER, Ana Paula et al. Fauna edáfica em solo suscetível à arenização na região sudoeste do Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, v. 3, n. 2, p. 87-96, 2004. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjsr2nouL3AhWcuZUCHZgWD5gQFnoEAgQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.udesc.br%2Findex.php%2Fagroveterinaria%2Farticle%2Fdownload%2F5423%2F3622%2F15000&usg=AOvVaw2wpN7lS6nPfqHt5oqT-71N>. Acesso em 15 mai. 2022.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica**. Orientador: Ruben

² Este artigo foi finalizado durante o movimento histórico da luta pela moradia estudantil na UFRGS Litoral. Estudantes ocuparam o espaço da antiga colônia de férias da UFRGS em Tramandaí, usurpada por uma reitoria interventora (que visava ceder esse espaço à iniciativa privada), reivindicando a Casa de Estudantes da UFRGS Litoral. As emoções presentes neste trabalho e nesse contexto histórico do movimento estudantil se entrelaçaram na escrita das considerações finais.

George Oliven. 2002. 202f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2455>. Acesso em 15 mai. 2022.

SUERTEGARAY, Dirce. **Deserto grande do sul**: controvérsia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes et al. Projeto arenização no Rio Grande do Sul, Brasil: gênese, dinâmica e espacialização. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, X., 2001, Foz do Iguaçu. **Anais**. Foz do Iguaçu. INPE, 2001. p.349-356. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/lise/2001/09.14.12.00/doc/0349.356.234.pdf>. Acesso em 15 mai. 2022.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Arenização no RS: um problema que cresce. Entrevista especial com Dirce Suertegaray. [Entrevista concedida a] IHU On-Line. **IHU On-Line**, [s.l.], 9 fev. 2010. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/29691-arenizacao-no-rs-um-problema-que-cresce-entrevista-especial-com-dirce-suertegaray>. Acesso em 15 mai. 2022.